



I Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas

L U S O C O M

2018

Livro de Atas

Editores:

Carla Araújo
Carlos Teixeira
Cecília Falcão
Lídia Machado dos Santos
Paula Odete Fernandes
Vitor Gonçalves

Ficha Técnica

Título

LUSOCONF2018

I Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas: livro de atas

Editores

Carla Araújo	Instituto Politécnico de Bragança
Carlos Teixeira	Instituto Politécnico de Bragança
Cecília Falcão	Instituto Politécnico de Bragança
Lídia Machado dos Santos	Instituto Politécnico de Bragança
Paula Odete Fernandes	Instituto Politécnico de Bragança
Vitor Gonçalves	Instituto Politécnico de Bragança

Capa

António Meireles e Vitor Gonçalves

Edição

Instituto Politécnico de Bragança
Campus de Santa Apolónia
5300-253 Bragança
Portugal

Data de edição: 2019

ISBN: 978-972-745-248-4

Handle: <http://hdl.handle.net/10198/18595>

URL: www.lusoconf.ipb.pt

Email: lusoconf@ipb.pt

Índice

Comissão Científica.....	iii
Comissão Organizadora	v
Programa Geral do LUSOCONF2018 (dia 1)	vi
Programa Geral do LUSOCONF2018 (dia 2)	vii
Nota do Diretor da Escola	1
Texto de Abertura do LUSOCONF	2
Organizadores, patrocinadores e colaboradores	2
Conferências	4
A língua e o preconceito.....	5
O português na China: "uma língua à solta"	18
A lusofonia e o mundo de ruturas.....	31
Secção 1. Língua portuguesa	36
A africada surda e a semivocalização da lateral: um estudo sociolinguístico.....	37
Sincronia "dinâmica": Mudanças em curso em áreas críticas do português europeu	50
Regionalismos: palavras a não perder	63
Varição no uso de porque em português: fatores linguísticos e sociais	71
Sobre construções de coordenação num corpus escrito em português de Moçambique	83
Secção 2. Didática da língua e da literatura e educação no mundo lusófono	98
Didactics of ser/estar in a Portuguese as a Foreign Language environment.....	99
Inclusion of diversity in teaching Portuguese as a foreign language in Eswatini.....	111
Histórias e ideias: aprendizagens significativas com a Literatura para a Infância	118
Perceção da empatia etnocultural: implicações para a formação no ensino superior.....	128
A avaliação das aprendizagens no pré-escolar: o portefólio	138
Avaliação das aprendizagens: concepções de futuros docentes em formação.....	148
Formação contínua de professores em São Tomé e Príncipe: o papel da supervisão.....	158
Os manuais escolares de ciências naturais de S. Tomé e Príncipe	169
Mestrado em Educação Ambiental em S. Tomé e Príncipe – uma análise reflexiva	179
Educação ambiental e utilização da água pelas comunidades rurais em STP	187
Secção 3. Literatura, Artes e Humanidades	199
O hóspede impertinente: o tópico da menstruação na poesia de Gregório de Matos	200

Linguagem e mitologia da criação poética em Orides Fontela	205
O mito de Narciso revisitado por José Régio e Jorge de Sena	214
Carta de Sá-Carneiro a Pessoa: a inscrição do eu no discurso	221
A diáspora dos judeus sefarditas no espaço lusófono: memórias de Branca Dias	232
O cão sem plumas de João Cabral de Melo Neto em sua dinâmica diante a multidisciplinaridade ..	241
Literatura e cinema: irredutibilidade e desejo em Vergílio Ferreira	249
Representação etnográfica em Lavra de Ruy Duarte de Carvalho	255
Espelho partido: o Rio de Janeiro em busca de Paris.....	264
A música popular: território de afirmação cultural	273
Recursos civilizacionais no desenvolvimento das regiões: a flauta de tamborileiro	283
Quem canta em português, encanta: a canção na aprendizagem da língua materna	291
Notas sobre a história de Timor.....	305
A brief history of the teaching and learning of Portuguese in the kingdom of Eswatini.....	309
Da integração social e académica dos alunos Erasmus em Bragança: estudo diacrónico.....	319
Secção 4. Cooperação e Desenvolvimento no mundo lusófono.....	325
O potencial socioeconómico da literatura em contexto lusófono.....	326
Benefícios e impasses na internacionalização do português enquanto língua de negócios	334
Os indicadores de performance social e de liderança como fatores de desenvolvimento	344
Entre, quem é?, a predisposição da economia social para a economia circular	356
Competências dos profissionais de secretariado em Timor-Leste	370
Risco de incumprimento das empresas santomenses - análise da sua evolução	383
Planeamento financeiro e estratégico nas empresas santomenses.....	398
Modelos de avaliação de empresas: aplicação ao sector bancário de Cabo Verde	411
Entrepreneurship within the young Cape Verde migrant population	422
Previsão de descontinuidade de cooperativas de crédito com base no perfil de risco e operações .	433
O contributo do Instituto Politécnico de Bragança para a mão-de-obra qualificada	448
Economic impact of international students: the case of Polytechnic Institute of Bragança	457
Práticas da sociedade portuguesa e reabilitação sustentável do parque edificado residencial	464
Evolution of tourism and entrepreneurship in Cape Verde in the XXI century	475
Experiência turística dos praticantes de percursos pedestres.....	485
Flumen Durius: turismo de qualidade alicerçado no património cultural	494
Posfácio	507

Comissão Científica

Albert Wall	(Universidade de Zurique – Suíça)
Albino Bento	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Alcina Maria Nunes	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Alexandra Dias	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Alexandra Soares Rodrigues	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Amélia Polónia	(Universidade do Porto – Portugal)
Ana Maria Brito	(Universidade do Porto – Portugal)
Ana Maria Martinho	(Universidade Nova de Lisboa – Portugal)
Ana Paula Monte	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Ana Paula Tavares	(Universidade de Lisboa – Portugal)
Ana Sofia Cardim	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
António Borges Fernandes	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
António Domingos Abreu	(Reserva Biosfera Ilha do Príncipe – São Tomé e Príncipe)
António Meireles	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Artur Gonçalves	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Augusto Soares da Silva	(Universidade Católica Portuguesa – Portugal)
Betina Lopes	(Universidade de Aveiro – Portugal)
Bruno Sousa	(Instituto Superior do Cávado e do Ave – Portugal)
Burghard Baltrusch	(Universidade de Vigo – Espanha)
Carla Araújo	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Carla Guerreiro	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Cários Aguiar	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Carlos Teixeira	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Cláudia Costa	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Cristina Flores	(Universidade do Minho – Portugal)
Cristina Martins	(Universidade de Coimbra – Portugal)
Cristina Mesquita	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Elsa Esteves	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Emília Nogueiro	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Ernesto Rodrigues	(Universidade de Lisboa – Portugal)
Fernanda Amélia Ferreira	(Instituto Politécnico do Porto – Portugal)
Fernando José Fraga Azevedo	(Universidade do Minho – Portugal)
Fernando Ramallo	(Universidade de Vigo – Espanha)
Filipe Bonfim	(Universidade de São Tomé e Príncipe – São Tomé e Príncipe)
Filomena Martins	(Universidade de Aveiro – Portugal)
Francisco Paiva	(Universidade da Beira Interior – Portugal)
Francisco Topa	(Universidade do Porto – Portugal)
Graça Rio-Torto	(Universidade de Coimbra – Portugal)
Graça Santos	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Helena Vilaça	(Universidade do Porto – Portugal)
Isabel Aires de Matos	(Instituto Politécnico de Viseu – Portugal)
Isabel Margarida Duarte	(Universidade do Porto – Portugal)
Joana Matos Frias	(Universidade do Porto – Portugal)
João Cunha	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
João José Ferreira	(Universidade da Beira Interior – Portugal)
João Marôco	(Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Portugal)
João Pontífice	(Universidade de São Tomé e Príncipe – São Tomé e Príncipe)
João Veloso	(Universidade do Porto – Portugal)
Joaquim Mendes Leite	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)

Jorge Manuel Alves	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
José Alberto Pereira	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
José António Brandão	(Universidade do Minho – Portugal)
José Carlos Dias Rouco	(Academia Militar – Portugal)
José Pires Laranjeira	(Universidade de Coimbra – Portugal)
José Teixeira	(Universidade do Minho – Portugal)
Júlia Fragoso da Fonseca	(Instituto Politécnico de Leiria – Portugal)
Lídia Machado dos Santos	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Luís Herberto Nunes	(Universidade da Beira Interior – Portugal)
Luís Filipe Fernandes	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Luísa Lopes	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Manuel Ângelo Rodrigues	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Manuel Célio Conceição	(Universidade do Algarve – Portugal)
Manuel Fonseca	(Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Portugal)
Manuel José da Rocha Armada	(Universidade do Minho – Portugal)
Manuel Loff	(Universidade do Porto – Portugal)
Manuel Moreira da Silva	(Instituto Politécnico do Porto – Portugal)
Maria Antónia Mota	(Universidade de Lisboa – Portugal)
Maria da Conceição Nunes	(Instituto Politécnico do Porto – Portugal)
Maria José Rodrigues	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Mário Cardoso	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Mário Correia	(Centro de Música Tradicional Sons da Terra – Portugal)
Mário Viaro	(Universidade de São Paulo – Brasil)
Moisés Lemos Martins	(Universidade do Minho – Portugal)
Nina Aguiar	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Olga Santos	(Instituto Politécnico de Leiria – Portugal)
Otilia Sousa	(Instituto Politécnico de Lisboa – Portugal)
Paula Odete Fernandes	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Paulo Águas	(Universidade do Algarve – Portugal)
Paulo Castro	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Paulo Mafra	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Pedro Manuel Nunes	(Instituto Superior do Cávado e do Ave – Portugal)
Pilar Gutiez Cuevas	(Universidad Complutense de Madrid – Espanha)
Ricardo Alexandre Correia	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Ricardo Jorge Correia	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Rómina Laranjeira	(Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo – Brasil)
Rui Pereira	(Universidade de Coimbra – Portugal)
Sandra Tapadas	(Universidade de Lisboa – Portugal)
Sara Carvalho	(Universidade de Aveiro – Portugal)
Sílvia Melo-Pfeifer	(Universidade de Hamburgo – Alemanha)
Sofia Bergano	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Sónia Nogueira	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)
Susana Correia	(Universidade Nova de Lisboa – Portugal)
Teresa Cierco	(Universidade do Porto – Portugal)
Vítor Barrigão Gonçalves	(Instituto Politécnico de Bragança – Portugal)

Práticas da sociedade portuguesa e reabilitação sustentável do parque edificado residencial

Autores: Maria Isabel Abreu¹, Jorge Lopes¹, Rui A.F. de Oliveira¹
Email: isabreu@ipb.pt, lopes@ipb.pt, roliveira@ipb.pt

Afiliação: ¹*Escola Superior de Tecnologia e de Gestão, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal*

Resumo

A mudança nas atitudes e práticas dos utilizadores dos edifícios existentes face à sustentabilidade e à eficiência energética é uma das estratégias fundamentais para a passagem a uma sociedade de baixo carbono. Um dos desafios é motivar os proprietários a reabilitar os seus edifícios no sentido de adotarem soluções sustentáveis e reduzirem os seus gastos energéticos. Estudos recentes têm apontado para a importância do contexto social onde se insere o proprietário que, em muitos casos, sobrepõe-se às campanhas de sensibilização públicas e até ao aconselhamento técnico. Outros estudos revelaram que as estratégias de motivação têm que olhar o proprietário do edifício de forma personalizada. A decisão de reabilitar parece emergir das aspirações pessoais, dos estilos de vida dos indivíduos e das condições e práticas sociais do dia a dia e não exclusivamente da análise simples de retorno do investimento ou da sensibilidade ambiental. Este estudo pretende trazer para a discussão a dimensão social e cultural da reabilitação sustentável dos edifícios residenciais em Portugal, explorando o papel das rotinas e práticas domésticas e identificando fatores-chave que possam influenciar a tomada de decisão. Primeiramente, foi realizado um conjunto de entrevistas a um grupo de profissionais ligados a esta área. Seguidamente, com base nas entrevistas, inquiriu-se um grupo de proprietários de edifícios residenciais portugueses. Os resultados revelaram que a comunicação dentro da rede social onde os proprietários portugueses inquiridos estão inseridos, bem como os estilos de vida e as práticas diárias da vida doméstica, têm uma influência central na formação inicial de intenções de renovação de partes de um edifício. A decisão é um processo negociado ao nível familiar e emerge da combinação de algumas condições da vida doméstica com fatores pessoais e contextuais. Não é um evento único, mas insere-se na prática do “ir renovando”. As reabilitações energeticamente eficientes de edifícios acontecem, em muitos casos, em consequência da decisão de reabilitar por outros motivos já estar tomada. É importante abordá-las como qualquer outro tipo de reabilitação, sem torná-las excecionais ou à parte das outras. Por conseguinte, é fundamental introduzir a ciência social para compreender comportamentos, práticas e rotinas sociais e culturais dos proprietários, no sentido de definir as melhores políticas de motivação para a reabilitação dos edifícios residenciais.

Palavras-Chave: reabilitação sustentável de edifícios, políticas energéticas, eficiência energética, parque edificado, Portugal.

1. Introdução

É de 70% a percentagem média dos edifícios do parque residencial ocupados pelos proprietários na União Europeia, sendo de 74,7% em Portugal (Eurostat, 2017). E é também aqui que as políticas públicas de motivação não têm conseguido as taxas de reabilitação ambicionadas, mesmo na Alemanha, considerado um mercado líder, uma

combinação de políticas tem apenas conseguido metade do pretendido (Fuller et al., 2010; Stieß & Dunkelberg, 2013; Gillingham & Palmer, 2014). Primeiramente, a premissa comum utilizada como base dos argumentos para incentivar os proprietários tem sido que os mesmos são motivados para reabilitar energeticamente no sentido de poupar energia e dinheiro, mas são impedidos de o fazer por restrições financeiras, incertezas quanto às poupanças energéticas, retornos financeiros e quanto à fiabilidade dos profissionais que lhe vão executar os trabalhos. Estas bases têm sido o suporte das ciências comportamentais, utilizadas para explicar os comportamentos humanos quanto à eficiência energética nos edifícios. Têm-se fundamentado, maioritariamente, na questão microeconómica, na psicologia social e na dinâmica de adesão dos proprietários à tecnologia (Jaccard, 2006; Whitmarsh, 2011), bem como numa certa literatura cinzenta sobre o comportamento do consumidor e no marketing (GFK, 2011; Moezzi, 2014). A ciência comportamental tem retratado os proprietários como indivíduos a fazer escolhas racionais, subjugadas a influências pessoais e contextuais, em ordem a conseguir certos resultados que são dissociados da vida doméstica (Wilson, Pettifor & Chryssochoidis, 2015). Esta representação das decisões dos proprietários orientada por objetivos e isolada de outras decisões familiares faz parte de um discurso que enaltece apenas a escolha individual (Maller & Horne, 2011). Há que trazer a ciência social no sentido de conceptualizar o estudo da reabilitação do parque edificado residencial como um processo que também emerge das condições da vida doméstica, sujeito a diversos níveis de influência (Lutzenhiser, 2014; Judson & Maller, 2014). O objetivo deste estudo é, identificar, numa fase preliminar, fatores de influência iniciais na decisão de reabilitar energeticamente os edifícios residenciais unifamiliares relacionados com a vida doméstica dos proprietários portugueses.

2. O contributo da ciência comportamental

A ciência comportamental tem-se baseado no pressuposto que é necessário identificar barreiras e motivações e que estas vão explicar a decisão dos proprietários. Os modelos formais utilizados têm enfatizado, quase sempre, os atributos da eficiência energética e a questão financeira. Wilson et al. (2015) referem que as ciências comportamentais se cingem:

- Às decisões e não ao processo que as precede e ao contexto doméstico da qual emergem;
- Às barreiras e motivações financeiras e não a outros atributos da reabilitação;
- Às medidas de eficiência energética e não a outro tipo de reabilitações por aspirações e por necessidades de melhorias e adaptações no interior da habitação (renovações de cozinhas, salas, quartos de banho, etc.);
- Aos proprietários como unidades de medida isolada e não como entidades diferenciadoras com múltiplos decisores;
- Aos edifícios como estruturas físicas e não habitações com diferentes espaços imbuídos com significados;
- Às reabilitações como mudanças físicas e não como uma atividade de todos os dias envolvendo objetos, habilidades e entendimentos partilhados.

Lutzenhiser (2014) critica o modelo limitado que tem vindo a ser utilizado, que afasta contribuições da ciência social. Também Judson e Maller (2014) defendem que políticas e programas focados apenas nas questões de intervenção técnica são limitadas no seu

alcance. Este tipo de reabilitação não pode continuar a ser visto como um mero exercício de inserção da tecnologia nos edifícios para melhorá-los energeticamente. Stern (2014) também identificou a falta de interdisciplinaridade no estudo desta área.

3. A introdução das ciências sociais - evidências recentes

Os indivíduos não consomem energia, a energia proporciona serviços úteis que permitem o funcionamento de atividades normais e sociais da vida doméstica desses indivíduos. As atividades diárias é que têm consequências no consumo de bens e energia (Ropke, 2009). Walker (2014) considera que o uso da energia é um ingrediente para a execução atividades diárias (aquecer água, aquecer compartimentos, receber pessoas em ambientes confortáveis, cozinhar, lavar, fazer bricolagem, etc.). Estas práticas reproduzem-se ao longo do tempo, do espaço e socialmente, segundo Gram-Hanssen (2011). Conforto, conveniência e higiene tornaram-se, à luz dos padrões atuais, exigências e expectativas banais dos indivíduos com consequências no uso da energia (Shove, 2003).

Segundo os mais recentes estudos, renovar um edifício é uma ação que é negociada no seio familiar em resposta ao desempenho de práticas familiares (Judson & Maller, 2014). As competências, os significados, os produtos, o conhecimento institucional e as regras instituídas são os elementos estruturais dessas práticas diárias (Shove & Panzar, 2005; Gram-Hanssen, 2011). Alguns estudos já se debruçaram sobre esta questão (Karvonen, 2013; Bartiaux et al., 2014; Vlasova & Gram-Hanssen, 2014; Maréchal & Holzemer, 2018; Guy & Shove, 2000; Shove, 2005 e Strengers, Nicholls & Maller, 2015). Judson e Maller (2014) constataram que estas práticas ganham pontos em relação à preocupação ambiental e à redução do consumo de energia.

Wilson et al. (2015) vão mais longe e referem que enquadrar o processo de decisão nas condições da vida doméstica vai buscar aquelas influências mais profundas que estão na gênese dos processos de decisão. Defendem que reabilitar é muitas vezes uma forma de os moradores resolverem tensões e conflitos, concretizarem objetivos, aproveitarem oportunidades e darem azo a aspirações pessoais e familiares. A decisão de implementar medidas de eficiência energética, e muitos casos, começa a clarificar-se mais tarde já durante o processo de reabilitação de outras partes do edifício (Wilson, Pettifor & Chryssochoidis, 2018).

Por outro lado, os indivíduos são, acima de tudo, moradores, têm práticas mundanas e possuem aptidões e apetências adquiridas previamente ao momento de decisão. Wallenborn e Wilhite (2014) referem que as experiências físicas e sensoriais dos proprietários e o conhecimento incorporado nessas experiências são desprezados nas abordagens da ciência comportamental. Royston (2014) utiliza um exemplo, a forma como os moradores fisicamente experienciam as trocas de calor numa habitação conduz a várias formas de conhecimento prático, que condicionam a utilização diária da energia. Melhorar o conforto térmico é frequentemente citado como sendo umas das motivações para renovar a habitação, no entanto, a ciências do comportamento prestam pouca atenção às exigências e habilidades físicas necessárias à realização das tarefas domésticas e às competências mundanas usadas para aquecer o ar interior das casas (Wilson et al., 2015).

O grau de envolvimento dos proprietários no processo de reabilitação (muitas vezes realizando eles próprios algumas tarefas) também é umas das razões apontadas para se iniciar o processo. Sentem-se mais ligados emocionalmente à habitação, muitas vezes trazendo inovação, tal como demonstraram Galvin e Sunikka-Blank (2014).

Já em 2014, Gram-Hanssen (2014) expôs que as questões estéticas e funcionais estão à frente na lista de prioridades dos proprietários dinamarqueses. Um exemplo são as renovações de cozinhas e quartos de banho. As cozinhas fazem parte de uma aspiração e são algo que se expõe aos outros. A renovação de coberturas e janelas é mais resultado de uma necessidade do que de uma aspiração. Muitas reabilitações são realizadas por desejos de ter igual ao que outros amigos, vizinhos e familiares têm ou porque são vistas em catálogos e revistas. As tendências, o status e os estilos de vida são fatores impulsionadores da reabilitação.

Wilson et al. (2018) foi mais longe e identificou três níveis de influências na decisão. As influências imediatas são as que estão perto de um certo momento de decisão (ex: com que soluções técnicas reabilitar?). As próximas estão perto de um resultado, atuam numa fase em que a decisão de reabilitar já está formada e vêm reforçar a mesma e decidir outras questões mais operacionais (ex: o quê e como renovar?). As profundas estão na gênese da formação inicial de intenções (ex: porquê renovar?). A ciência comportamental tem-se fundamentado nas influências próximas, mas falha ao trabalhar com as influências profundas (Wilson et al., 2015). Distintos níveis de influência são importantes para as duas vertentes de investigação: a comportamental e a sociológica. A primeira está mais focada para as influências imediatas e próximas e a segunda para as influências últimas (Figura 1). Gram-Hanssen (2014) referiu um exemplo: se a família decidir alterar janelas, os cálculos sobre a energia poupada e retornos de investimento podem ser decisivos para a espessura de isolamento térmico a adotar ou para a escolha da solução técnica para os envidraçados, no entanto, para a decisão de reabilitar, o retorno do investimento raramente é a primeira influência.

Wilson et al. (2015) faz recomendações aos responsáveis pelas políticas, para que enquadrem as medidas de eficiência energética dentro das reabilitações gerais de melhoria e adaptação de espaços interiores de um edifício para exercer as práticas e tarefas domésticas. Aos investigadores que identifiquem condições específicas da vida doméstica relacionadas com atividades de reabilitação.

4. Metodologia

Foram questionados quarenta e seis proprietários portugueses relativamente aos edifícios unifamiliares onde habitam na zona geográfica urbana do concelho de Bragança e Mirandela. Inicialmente, a população alvo foi selecionada consultando registos municipais para identificar e conhecer a época de construção dos vários loteamentos de habitação unifamiliar identificados previamente. A amostra foi selecionada considerando as épocas de construção entre 1990 e 2000. Partiu-se da hipótese que edifícios construídos dentro deste período terão necessidade de melhorias tendo alguns já sido intervencionados. Após contacto com os proprietários selecionados, a recolha de dados efetuou-se durante os anos de 2016/2017. O inquérito foi realizado através de contato pessoal com os proprietários para poder introduzir uma metodologia de observação em simultâneo com o questionário. Antecederam-se um conjunto de três entrevistas a profissionais da área para preparação dos questionários e ajuste das questões. Realizaram-se dois questionários piloto para detetar problemas de interpretação. Na análise foram consideradas duas faixas etárias, abaixo e acima dos 50 anos (faixas de proprietários mais jovens e menos jovens) (Mortensen, Heiselberg & Knudstrup, 2016). Os entrevistados possuíam profissões e níveis educacionais variados.

	Influências imediatas	Influências próximas	Influências últimas
Atributos da eficiência energética	Opções financeiras	Poupanças energéticas	Experiência prévia em reabilitações
Influências pessoais	Motivações para a poupança de energia	Sensibilização para as questões energéticas e ambientais	Fase da vida do proprietário
Influências contextuais	Reparação de emergência	Idade da construção	Processo físico de envelhecimento da construção
Moradores diferenciados	Aversão ao risco do investimento	Competição de opiniões sobre as medidas de preferência	Papeis e relações dentro da dinâmica da vida doméstica
Melhorias de espaços interiores	Orçamento e financiamento	Conjunto de habilidades contratadas e relação com os profissionais de construção	Condições da vida doméstica criando tensões e conflitos
“Ir renovando” e vida doméstica diária	Marketing e propaganda da indústria de reabilitação	Hábitos e rotinas	Objetos e habilidades usadas nas atividades de “faça você mesmo”
Habitações como espaços emocionais e sociais	Estética das opções de reabilitação	Objetivos de conforto e ambientais	Significados da habitação

Figura 1: Exemplos de influências na decisão para a reabilitação energética de edifícios

[Adaptada de Wilson et al. (2015)]

5. Discussão dos resultados

Os proprietários portugueses inquiridos começam por realizar pequenas reabilitações por necessidade (não necessariamente de carácter energético) e vão continuando gradualmente com outras reabilitações ao longo da vida útil do edifício. Depende do tempo e orçamento disponível naquela fase, de certas necessidades da vida doméstica e da ambição de realizar certo tipo de reabilitação. Não se pode falar de um evento extraordinário mas sim da dinâmica do “ir renovando”.

Os inquiridos que já tiveram experiências anteriores em ações de reabilitação mostraram mais determinação e menos receios em voltar a fazê-lo. As poupanças e conforto que experienciaram com a adoção de medidas no passado, fá-los perceber melhor para onde direccionar a ação seguinte. A falta de experiência de alguns fez com que reconhecessem que os faz mais reticentes. A maioria dos inquiridos até 50 anos, possuem menos margem temporal para ter muitas experiências, mas, como estão no vigor da idade, a maior parte refere que têm planos para o futuro e aspirações de melhoria para a sua habitação. Note-se que alguns inquiridos, que adquiriram a habitação em segunda mão, realizaram algumas melhorias aquando da mudança. Os que vivem no edifício desde o seu início, simpatizam com a ideia da melhoria contínua e gradual ao longo dos anos.

A fase de vida em que se encontram os proprietários parece ter uma relevância significativa na sua atitude. A geração de inquiridos mais jovens (até 50 anos), porque já

1

cresceram com outra sensibilidade perante o assunto, manifestam mais preocupação ambiental, mais conhecimentos sobre eficiência energética e sobre tecnologias e sistemas inovadores. Têm mais hábitos diários relacionados com esta temática e desejam possuir uma casa mais amiga do ambiente. Em geral, os inquiridos acima de 50 anos referiram que o que os motiva mais a reabilitar é o conforto, a segurança e a facilidade de manuseio diário na utilização dos recursos da habitação. As exigências físicas para lidar com as tarefas da vida doméstica são muito importantes para este grupo. São idades sensíveis a variações de temperatura, permanecem mais tempo em casa e têm mais limitações físicas. Referiram que alteraram sistemas de aquecimento para sistemas centralizados porque são mais práticos de manusear e acarretam menor esforço físico. A alteração para equipamentos mais eficientes a energias renováveis ou a energia elétrica, também é uma medida frequentemente referida pois é menos perigosa que o gás e mais confortável de utilizar diariamente que a biomassa.

O envelhecimento e o aproximar do fim de vida dos componentes do edifício foi referido como sendo uma das razões mais fortes para avançar com trabalhos de reabilitação. Achtnicht e Madlener (2014) já o tinham referido também. As situações de manutenção, avaria e disfunção de componentes do edifício foram, em 74,5% dos casos, referidas como o estímulo para as reabilitações seguindo-se, recorrentemente, uma reabilitação de carácter energético. Um dos exemplos mais referidos foi a mudança do revestimento da cobertura que precipitou a colocação de isolamento térmico na mesma. Alguns inquiridos reportaram a necessidade de resolução de problemas relacionados com condensações nas caixilharias para fazer a sua mudança. Por exemplo, a alteração do sistema de aquecimento do ar, por motivos de avaria ou para conseguir maior eficiência do sistema, consciencializou os proprietários de que o passo seguinte teria que ser isolar a envolvente para reduzir perdas de calor.

Outra questão relevante é que num projeto de reabilitação de um edifício há o envolvimento de uma família, com sujeitos diferenciados e respetivas opiniões. A discussão de opiniões e a necessidade de chegar a consensos é reconhecida por 84,5 % dos proprietários. Os inquiridos do sexo feminino têm mais aspirações do foro estético e arquitetónico e os do sexo masculino mais preocupações e desejos por adquirir tecnologias a energia renovável e que poupem energia. Embora as soluções técnicas, isoladamente, não convençam os proprietários, os inquiridos do sexo masculino referiram que algumas podem ser atrativas o suficiente para os persuadir. A maior parte dos elementos femininos não gostam da desarrumação e alteração que uma reabilitação da habitação traz ao dia a dia da família, mas são mais exigentes no que respeita a temperaturas de conforto no interior das habitações. Já os sujeitos do género masculino parecem ter mais preocupação com o risco financeiro de investir.

Os dados recolhidos também revelaram que 47,5% das intervenções são motivadas pelo desejo de mudar ou manter: rotinas domésticas; a forma como se vive a habitação e os ideais para vida em família. Alguns referiram que pretendem melhorar as práticas de socialização da família criando espaços relaxados e informais para a família socializar. Outros referiram que querem receber mais família e amigos. Mais luz natural e espaço nas zonas de estar, a adoção de espaços abertos sala/cozinha e novos espaços para visitas, são exemplos disso. Em alguns casos foram novas práticas de trabalho e estudo em casa que originaram uma reconfiguração dos espaços interiores da habitação. Por conseguinte, mais exigências em termos de conforto obrigaram a equacionar medidas de melhoria da eficiência energética.

A antecipação de alterações nas dinâmicas domésticas também foi uma influência referida que despoleta vontade de reabilitar, com implicações no uso da energia. A

necessidade de partilha de espaços também foi referida como criando conflitos e tensões, algo que uma reabilitação pode resolver. Alguns inquiridos mencionaram exigências de maior conforto devido: a flutuações da composição familiar (um novo filho ou retorno de filhos à habitação); aos filhos em idade escolar e à fase de aposentação. Quando os elementos da família passam mais tempo na habitação, há necessariamente maior gasto energético (filhos em idade escolar, pessoas aposentadas, etc). Uma percentagem de 73,2% dos inquiridos até 50 anos referiram que o que se pretende para o conforto dos filhos pode ser influência para seguir em frente com alterações ao edifício. Os requisitos para as temperaturas dos quartos dos filhos e das salas são, nos tempos atuais, muito mais exigentes. Alguns inquiridos (geração com filhos até 18 anos) referiram que a atual geração de crianças e jovens faz uso intensivo do quarto (onde têm o computador e alguns até televisão). Desta forma, é um compartimento que necessita e gasta energia durante o dia, em contraponto com o passado em que era na sala e cozinha que se desenrolavam a maior parte das vivências domésticas. Já os aposentados são motivados a renovar porque estão em casa mais tempo e necessitam de espaços próprios e confortáveis. O conforto generalizado em todos os espaços interiores da habitação tornou-se requisito das sociedades modernas. O equacionar um sistema de aquecimento centralizado, mais eficiente ou à custa de energias mais baratas ou renováveis, foi uma questão a ponderar pelos proprietários.

Já quanto a tarefas físicas que se realizam diariamente, a reabilitação pode ser muitas vezes fruto de anseios de maior conforto dos moradores na realização de tarefas diárias. Por exemplo, os inquiridos do sexo feminino reclamaram mais facilidade de manuseio para os equipamentos que têm que operar diariamente. É assim que muitos referem que alguns equipamentos foram alterados para outros mais eficientes energeticamente (os sistemas de aquecimento, por exemplo) com instalação de sistemas de controlo automático da temperatura do ar. Uma ação frequente é fechar a lareira a céu aberto, tradicionalmente realizada nas salas, instalando um recuperador de calor a biomassa (pellets, por exemplo). Esta solução foi referida pelos inquiridos acima de 50 anos como uma medida de segurança.

Outras motivações referidas pelos inquiridos dizem respeito a aspirações relacionadas com a estética do edifício, com um novo estilo de vida e com status e prestígio social (55,3% dos inquiridos). Abreu, Oliveira e Lopes (2017) já tinham demonstrado que estes aspetos influenciam os proprietários portugueses iniciar o processo. Os edifícios residenciais são também, sem dúvida, expressão de identidade da família e muitas vezes os moradores já não se reveem na identidade que o edifício transmite. Foi outra razão mencionada para implementação de mudanças físicas nos seus edifícios e que trazem com elas melhorias energéticas, visíveis para a comunidade, se possível. A adoção de novas tecnologias a energias renováveis foi reconhecida como sendo uma expressão de modernidade e preocupação com o ambiente, transmitindo uma certa imagem para a comunidade. A renovação das cozinhas, que são espaços de muita utilização e transmitem prestígio social, é uma das ações de renovação preferidas. Esta renovação precipita, por vezes, a mudança para equipamentos menos consumidores de energia (reposicionar o sistema de aquecimento de água pode acabar por motivar a sua alteração, por exemplo). Outro exemplo é a renovação de fachadas (paredes e envidraçados) e espaços envolventes exteriores, que é reconhecido como transmitindo algo sobre os moradores. A renovação de fachadas pode precipitar a colocação de isolamento térmico.

Quanto à vivência em comunidade, alguns (37,2%) assumiram que ver medidas de eficiência energética adotadas nas habitações dos familiares, amigos e vizinhos os impulsionou a fazer algumas também. A verdade é que a comunicação dentro da rede

social onde os proprietários portugueses estão inseridos também tem um papel crucial na informação e motivação dos proprietários portugueses para reabilitar (Abreu et al., 2017).

Muito interessante também foi o número de proprietários inquiridos que referiram que gostam de planear a melhoria da sua habitação (45,2%), envolver-se pessoalmente nas escolhas das soluções e realização de algumas tarefas. Gostam do processo tanto como gostam do resultado. Os conhecimentos pré-adquiridos têm uma influência essencial para este tipo de proprietários. São mais informados e têm mais propensão para o “faça você mesmo”. Os proprietários com idade até 50 anos revelaram mais esta tendência. Também referiram que os profissionais de construção nem sempre lhes deram os melhores conselhos e apontaram as melhores soluções. Quanto ao sexo feminino, principalmente até aos 50 anos, referiram que gostam de envolver-se no processo, mas quanto às questões estéticas.

Outra questão relevante no estudo, foi a tendência verificada de maior vontade de reabilitar edifícios com maior valor afetivo. Os edifícios são objetos com significado para estes proprietários, o que os leva a desejar um pacote de medidas que poderão nem sequer dar retorno económico.

A Figura 2 resume as influências identificadas neste estudo preliminar e que estão na génese dos processos de decisão dos proprietários inquiridos.

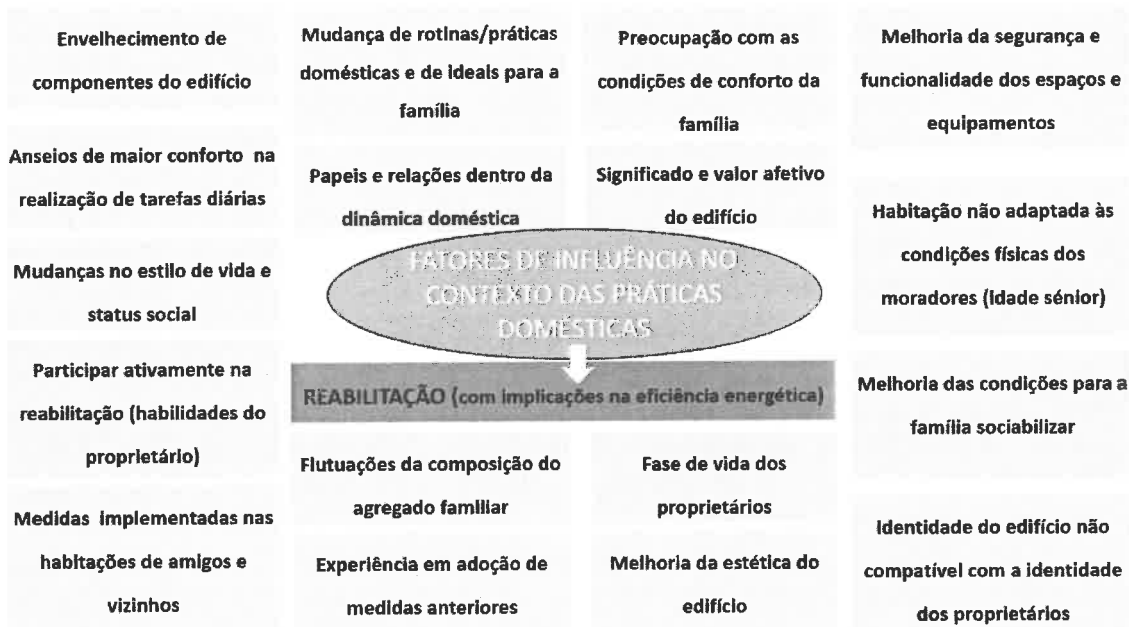


Figura 2: Influências na tomada de decisão de reabilitar energeticamente edifícios unifamiliares

6. Conclusões

Os resultados indicam que também na realidade portuguesa parece haver razões iniciais que estão na génese da tomada de decisão dos proprietários portugueses para reabilitar a suas habitações e que emergem das condições diárias da vida doméstica e dos significados a elas atribuídos. Depois de tomada a decisão, estas reabilitações têm implicações no uso da energia e na adoção de medidas de melhoria energética. As reabilitações parecem ser influenciadas por: aptidões; conhecimentos pré-adquiridos; práticas e necessidades diárias da vida familiar, desejos e expectativas futuras de múltiplos decisores.

A reabilitação para redução do consumo de energia nos edifícios residenciais portugueses deve ser considerada pelos decisores políticos como fazendo parte de um processo contínuo de adaptação gradual do edifício às condições da vida em família. Não pode ser vista como um evento isolado, único e à parte, mas sim como uma prática do “ir renovando” associado às outras abordagens de reabilitação. Envolve múltiplos aspetos, tais como: as aspirações pessoais; as habilidades prévias dos proprietários; a propensão para se envolverem no processo; a partilha de entendimentos no seio da família; o desejo de manter ou mudar as rotinas e a forma como se vive a habitação e ainda ambições ligadas à estética e ao status social.

Por conseguinte, as ciências sociais devem estar ao serviço das políticas públicas portuguesas, que devem encarar a adoção de medidas de sustentabilidade e melhoria energética nos edifícios residenciais existentes no contexto das condições específicas da vida doméstica e social dos proprietários portugueses. Por exemplo, as ferramentas de informação e comunicação devem ser adaptadas localmente ao tipo de comunidade e às especificidades da rede social onde o proprietário se insere.

Devido ao número de inquiridos, eventualmente os resultados podem não representar todos os casos e ficarem limitados ao universo das situações encontradas nos questionários. Pretende-se aprofundar este estudo aumentando a amostra do estudo no sentido de validar estes resultados e compreender melhor esta problemática.

7. Referências

- Abreu M. I., Oliveira, R. & Lopes, J. (2017). Attitudes and Practices of Homeowners in the Decision-making Process for Building Energy Renovation. *Procedia Engineering*, 172, 2017, 52-59.
- Achtnicht, M. & Madlener, R. (2014). Factors influencing German house owners' preferences on energy retrofits. *Energy Policy*, 68, 254-263.
- Bartiaux, F., Gram-Hanssen, K., Fonseca, P., Ozoliņa, L. & Christensen T.H. (2014). A practice-theory approach of homeowners' energy retrofits in four European areas, *Build Research & Information*, 42 (4), DOI: 10.1080/09613218.2014.900253.
- Eurostat (2017). Distribution of population by tenure status, type of household and income group - EU-SILC survey. Acedido em 2-11-2018. Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc_lvho02&lang=en.
- Fuller, M.C., Kunkel, C., Zimring, M., Hoffman, I., Soroye, K.L. & Goldman C. (2010). *Driving demand for home energy improvements*. Berkeley: Lawrence Berkeley National Laboratory (LBNL).
- Galvin, R. & Sunikka-Blank, M. (2014). The UK homeowner-retrofitter as an innovator in a socio-technical system. *Energy Policy*, 74, 655-662.
- Gillingham, K. & Palmer K. (2014). Bridging the energy efficiency gap: policy insights from economic theory and empirical evidence. *Review of Environmental Economics and Policy*, 8 (1), 18-38.
- GfK (2011). *Survey of potential consumer demand for the Green Deal*. London: GfK NOP.
- Gram-Hanssen, K. (2014). Existing buildings – Users, renovations and energy policy. *Renewable Energy*, 61, 136-140.
- Gram-Hanssen, K. (2014). Retrofitting owner-occupied housing: remember the people. *Build Research & Information*, 42, 393-397.
- Gram-Hanssen, K. (2011). Understanding change and continuity in residential energy consumption. *Journal Consumer Culture*, 11 (1), 61-78.

- Guy, S. & Shove, E. (2000). *The sociology of energy, buildings and the environment: constructing knowledge, designing practice*. London: Routledge.
- Hauge, A.L., Thomsen, J. & Berker, T. (2011). User evaluations of energy efficient buildings: Literature review and further research. *Advances in Building Energy Research*, 5 (1), 109-127.
- Jaccard, M. & Dennis M. (2006). Estimating home energy decision parameters for a hybrid energy-economy policy model. *Environmental Modeling & Assessment*, 11 (2), 91-100.
- Judson, E.P. & Maller C. (2014). Housing renovations and energy efficiency: insights from homeowners' practices. *Build Res Inf*, 42 (4), 501-511.
- Karvonen, A. (2013). Towards systemic domestic retrofit: a social practice approach. *Building Research & Information*, 41 (5), 563-574.
- Lutzenhiser, L. (2014). Through the energy efficiency looking glass. *Energy Research & Social Science*, 1, 141-151.
- Maller, C. J. & Horne, R. E. (2014). Living Lightly: How does Climate Change Feature in Residential Home Improvements and What are the Implications for Policy? *Energy Research & Social Science*, 1, 41-48.
- Maréchal K. & Holzemerb L. (2018). Unravelling the 'ingredients' of energy consumption: Exploring home-related practices in Belgium. *Energy Research & Social Science*, 39, 19-28.
- Moezzi, M., & Janda K. J. (2014). From "if only" to "social potential" in schemes to reduce building energy use. *Energy Research & Social Science*, 1, 30-40.
- Mortensen, A., Heiselberg, P. & Knudstrup, M. (2016). Identification of key parameters determining Danish homeowners' willingness and motivation for energy renovations. *International Journal of Sustainable Built Environment*, 5 (2), 246-268.
- Royston, S. (2014). Dragon-breath and snow-melt: know-how, experience and heat flows in the home. *Energy Research & Social Science*, 2, 148-58.
- Shove, E. (1998). Gaps, barriers and conceptual chasms: theories of technology transfer and energy in buildings. *Energy Policy*, 26 (15), 1105-1112.
- Shove, E. (2003). *Comfort, cleanliness, and convenience: the social organisation of normality*. Oxford: Berg.
- Shove, E. & Pantzar M. (2005). Consumers, producers and practices: understanding the invention and reinvention of Nordic walking. *Journal of Consumer Culture*, 5 (1), 43-64.
- Stern, P.C. (2014). Individual and household interactions with energy systems: toward integrated understanding. *Energy Research & Social Science*, 1, 41-48
- Stieß, I. & Dunkelberg, E. (2013). Objectives, barriers and occasions for energy efficient refurbishment by private homeowners. *Journal of Cleaner Production*, 48, 250-259.
- Stirling, A. (2014). Transforming power: social science and the politics of energy choices. *Energy Research & Social Science*, 1, 83-95.
- Strengers, Y., L. Nicholls, L. & Maller C. (2016). Curious energy consumers: humans and nonhumans in assemblages of household practice. *Journal of Consumer Culture*, 16 (3), 761-780.
- Vlasova, L. & Gram-Hanssen, K. (2014). Incorporating inhabitants' everyday practices into domestic retrofits. *Build Research & Information*, 42 (4), 512-524.
- Wallenborn, G. & Wilhite H. (2014). Rethinking embodied knowledge and household consumption. *Energy Research & Social Science*, 1, 56-64.
- Walker, G. (2014). The dynamics of energy demand: change, rhythm and synchronicity. *Energy Research & Social Science*, 1, 49-55.
- Whitmarsh, L., Upham, P., Poortinga, W., McLachlan, C., Darnton, A., Devine-Wright, P. et al. (2011). *Public attitudes, understanding, and engagement in relation to low-carbon*

energy: a selective review of academic and non-academic literatures. London: Research Councils UK (RCUK).

- Wilson C., Pettifor H. & Chryssochoidis, G. (2018). Quantitative modelling of why and how homeowners decide to renovate energy efficiently. *Applied Energy*, 212, 1333-1344.
- Wilson, C., Crane, L. & Chryssochoidis G. (2015). Why do homeowners renovate energy efficiently? Contrasting perspectives and implications for policy. *Energy Research & Social Science*, 7, 12-22.

